





[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: [fale@editorajuspodivm.com.br](mailto:fale@editorajuspodivm.com.br)

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** PVíctor Editoração Eletrônica ([pvictoredit@live.com](mailto:pvictoredit@live.com))

---

P923      Precedentes / coordenadores, Fredie Didier Jr. ... [et al.]. – Salvador : Juspodivm, 2015.

780 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 3 ; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-0485-6.

1. Precedente. 2. Precedente judicial. I. Didier Jr., Fredie. II. Cunha, Leonardo Carneiro da. III. Ataíde Jr., Jaldemiro Rodrigues de. IV. Macêdo, Lucas Buriel de. V. Título.

CDD 347.014

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## PARTE I

### TEORIA DOS PRECEDENTES

#### Capítulo 1 ► Theory and practice of judicial precedent in France ..... 21

*Eva Steiner*

1. THE STATUS OF JURISPRUDENCE .....	22
2. FACTORS GIVING WEIGHT TO PRECEDENTS .....	29
3. JURISPRUDENCE AND LEGISLATION .....	38
4. LEGITIMACY OF JUDICIAL LAW MAKING .....	44

#### Capítulo 2 ► Precedente ..... 49

*Frederick Schauer*

1. O ASPECTO PROSPECTIVO DO PRECEDENTE .....	50
2. ISOLANDO O ARGUMENTO DO PRECEDENTE .....	53
3. PODE O PRECEDENTE VINCULAR? .....	55
3.1. REGRAS DE RELEVÂNCIA .....	55
3.2. CATEGORIAS DE DECISÃO E CATEGORIAS DO MUNDO .....	58
3.2.1. A CARACTERIZAÇÃO ARTICULADA .....	58
3.2.2. AS RAÍZES DA CARACTERIZAÇÃO .....	61
4. O CUSTO DO PRECEDENTE .....	68
5. A QUESTÃO DO PESO .....	71
6. A VIRTUDE DA VINCULAÇÃO AOS PRECEDENTES .....	76
6.1. O ARGUMENTO SOBRE EQUIDADE .....	76
6.2. O ARGUMENTO ACERCA DA PREVISIBILIDADE .....	78
6.3. O ARGUMENTO ACERCA DA DECISÃO FORTALECIDA .....	80
6.3.1. EFICIÊNCIA DA TOMADA DE DECISÃO .....	80
6.3.2. FORTALECENDO A INSTITUIÇÃO DE DECISÃO .....	81
6.4. PRECEDENTE E ESTABILIDADE .....	82
7. CONCLUSÃO: PRECEDENTE E O DIREITO .....	84

3.2.	IMPORTAÇÃO DE ELEMENTOS DA TEORIA DOS PRECEDENTES DOS PAÍSES DE TRADIÇÃO ANGLO-SAXÔNICA PELO DIREITO BRASILEIRO .....	194
3.3.	PROBLEMAS ENFRENTADOS NA TRANSPOSIÇÃO DA TEORIA DOS PRECEDENTES, DE ORIGEM ANGLO-SAXÔNICA, À REALIDADE BRASILEIRA .....	197
4.	O EQUILÍBRIO ENTRE IGUALDADE E DIFERENÇA: DESAFIO POSTO AO SISTEMA DE PRECEDENTES BRASILEIRO NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE MULTICULTURAL .....	200
4.1.	O MULTICULTURALISMO COMO REALIDADE .....	200
4.2.	SISTEMA DE PRECEDENTES: SOMA VETORIAL ENTRE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E RESPEITO À DIFERENÇA .....	203
4.3.	ESBOÇO DE SOLUÇÃO PARA O EQUILÍBRIO BUSCADO: DIREITO À DISTINÇÃO ( <i>DISTINGUISHING</i> COMO DIREITO SUBJETIVO DA PARTE) .....	206
5.	CONCLUSÃO .....	210
6.	REFERÊNCIAS .....	211

## **Capítulo 9 ► Contributo para a definição de *ratio decidendi* na teoria brasileira dos precedentes judiciais.....215**

*Lucas Buril de Macêdo*

1.	A BIPARTIÇÃO ENTRE <i>RATIO DECIDENDI</i> E <i>OBITER DICTUM</i> .....	215
2.	A CONCEPÇÃO DE <i>RATIO DECIDENDI</i> .....	216
3.	O PROBLEMA DO MÉTODO: UMA EXPOSIÇÃO SOBRE A DEFINIÇÃO DA <i>RATIO DECIDENDI</i> NO <i>COMMON LAW</i> .....	219
4.	DEFININDO <i>RATIO DECIDENDI</i> NO DIREITO BRASILEIRO: UMA CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL À PROBLEMÁTICA .....	223
5.	DEFININDO <i>RATIO DECIDENDI</i> NO SISTEMA DE NORMAS BRASILEIRO: REGRA OU PRINCÍPIO? .....	227
6.	<i>RATIO DECIDENDI</i> E HIERARQUIA DE NORMAS .....	231
7.	PRECEDENTES COM VÁRIAS <i>RATIONES DECIDENDI</i> .....	233
8.	PRECEDENTES SEM NENHUMA <i>RATIO DECIDENDI</i> .....	236
9.	NOTAS CONCLUSIVAS .....	238

## **Capítulo 10 ► A isonomia como vetor à identificação de um precedente judicial: compreendendo a tese jurídica firmada no Recurso Extraordinário nº 440.028-SP ..... 239**

*Mateus Costa Pereira e Pedro Spíndola Bezerra Alves*

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	249

## **Capítulo 11 ► Le funzioni delle Corti Supreme tra uniformità e giustizia .....251**

*Michele Taruffo*

1.	IL VALORE DELL'UNIFORMITÀ .....	251
----	---------------------------------	-----

2. LE FUNZIONI DELLE CORTI SUPREME.....	252
3. UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO.....	256
4. CONCLUSIONI.....	260

**Capítulo 12 ► A vinculatividade dos precedentes e o ativismo judicial – paradoxo apenas aparente..... 263**  
*Teresa Arruda Alvim Wambier*

1. O APARENTE PARADOXO .....	263
2. ENTÃO, O JUIZ CRIA DIREITO? .....	265
3. QUANDO O JUIZ PODE SER CRIATIVO?.....	266
4. O QUE TORNA OS CASOS IGUAIS? – CASOS DIFÍCEIS E CASOS ROTINEIROS.....	268
5. COMO UNIFORMIZAR A JURISPRUDÊNCIA EM CASOS QUE NÃO SÃO ABSOLUTAMENTE IGUAIS .....	270
6. COMO COMPATIBILIZAR: LIBERDADE PARA DECIDIR COM NECESSIDADE DE RESPEITO A PRECEDENTES?.....	274

**Capítulo 13 ► A dificuldade de se criar uma cultura argumentativa do precedente judicial e o desafio do Novo CPC .....275**  
*Thomas da Rosa de Bustamante*

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: UMA NÓTULA SOBRE A INSUFICIÊNCIA TEÓRICA DAS CONCEPÇÕES TRADICIONAIS SOBRE O PRECEDENTE JUDICIAL .....	275
2. O ESTILO ARGUMENTATIVO E A CULTURA DOS PRECEDENTES DO COMMON LAW.....	283
3. A CULTURA DOS PRECEDENTES NO CIVIL LAW .....	288
4. O CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO E A ESPERANÇA TRAZIDA PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....	294

**PARTE II**  
**PRECEDENTES NO NOVO CPC**

**Capítulo 14 ► Aplicação de precedentes e *distinguishing* no CPC/2015: Uma breve introdução ..... 301**  
*Dierle Nunes e André Frederico Horta*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	301
2. O CASO BRASILEIRO: ENTRE O CIVIL LAW E O COMMON LAW. O NOVO SOB O OLHAR DO VELHO, OU O VELHO SOB O OLHAR DO NOVO?.....	302
3. TRABALHANDO COM PRECEDENTES: INDIVIDUALIZAÇÃO DO DIREITO À LUZ DA INTEGRIDADE E DA COERÊNCIA.....	308
4. ANALOGIAS E CONTRA-ANALOGIAS. APLICAÇÃO DO PRECEDENTE E <i>DISTINGUISHING</i> . ENCONTRANDO PADRÕES DE SEMELHANÇA E DISTINÇÃO.....	310

4.1. DISTINGUISHING WITHIN A CASE E DISTINGUISHING BETWEEN CASES.....	314
4.2. A REDUÇÃO TELEOLÓGICA .....	317
4.3. O ARGUMENTO A CONTRARIO.....	319
4.4. ANALOGIAS E CONTRA-ANALOGIAS: SÍNTESE .....	321
5. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: O QUE ESPERAR?.....	323
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	331

## **Capítulo 15 ► Sistema dos precedentes judiciais obrigatórios no Novo Código de Processo Civil..... 335**

*Eduardo Cambi e Mateus Vargas Fogaça*

1. INTRODUÇÃO .....	335
2. A CRESCENTE VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO BRASILEIRO .....	336
3. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA .....	340
4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE DECISÃO, JURISPRUDÊNCIA, SÚMULA E PRECEDENTE JUDICIAL .....	342
5. A ATRIBUIÇÃO DE FORÇA OBRIGATÓRIA AOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO NCPC.....	345
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	355
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	356

## **Capítulo 16 ► Misceláneas argentinas del precedente judicial, y su relación con el nuevo CPC de Brasil..... 361**

*Federico D. Sedlacek*

1. INTRODUCCIÓN .....	361
2. UN POCO DE HISTORIA: STARE DECISIS, CONSTITUCIONALISMO Y CONTROL DE CONSTITUCIONALIDAD DE LAS LEYES.....	363
3. LAS CUATRO DIMENSIONES DE TARUFFO PARA APRECIAR CORRECTAMENTE EL FENÓMENO .....	364
3.1. DIMENSIÓN INSTITUCIONAL .....	365
3.2. LA DIMENSIÓN OBJETIVA.....	366
3.3. LA DIMENSIÓN ESTRUCTURAL.....	368
3.4. LA DIMENSIÓN DE LA EFICACIA.....	369
4. UNA APROXIMACIÓN A LA TEORÍA DEL PRECEDENTE EN EL DERECHO POSITIVO ARGENTINO .....	369
4.1. LA CONSTITUCIÓN NACIONAL Y LA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN (CSJN) .....	369
4.2. LAS LEYES DE ORGANIZACIÓN DE LA JUSTICIA Y EL CÓDIGO PROCESAL CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN (CPCCN) .....	372
4.3. EL NUEVO CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN (CCIVCOM) RECIENTEMENTE SANCIONADO.....	374

5. EL NUEVO CÓDIGO DE PROCEDIMIENTOS CIVIL DE BRASIL. UN REPASO DE LA DOCTRINA DEL PRECEDENTE A LA LUZ DE ALGUNAS NORMAS CLAVES .....	375
5.1. EL PRECEDENTE COMO UNA POLÍTICA PÚBLICA .....	375
5.2. LA JUSTIFICACIÓN DEL CASO ANÁLOGO O SEMEJANTE .....	377
5.3. EL “REPORTING” DEL NUEVO CPC .....	377
5.4. LA VINCULACIÓN PERMANENTE A LA CUESTIÓN FÁCTICA Y CIRCUNSTANCIAS QUE RODEAN AL CASO ANTERIOR .....	379
6. EL PRECEDENTE Y LA ARGUMENTACIÓN JURÍDICA .....	380
7. A MODO DE CONCLUSIÓN .....	381

**Capítulo 17 ► Sistema brasileiro de precedentes judiciais obrigatórios e os deveres institucionais dos tribunais: uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência..... 383**  
*Fredie Didier Jr.*

1. NOTA INTRODUTÓRIA .....	383
2. DEVERES INSTITUCIONAIS DOS TRIBUNAIS RELACIONADOS AO SISTEMA DE PRECEDENTES .....	384
3. DEVER DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA .....	384
4. DEVER DE MANTER A JURISPRUDÊNCIA ESTÁVEL .....	385
5. DEVER DE COERÊNCIA E DEVER DE INTEGRIDADE .....	386
5.1. PREMISSAS .....	386
5.2. DEVER DE COERÊNCIA .....	390
5.2.1. GENERALIDADES .....	390
5.2.2. ALGUNS CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA COERÊNCIA .....	392
5.2.2.1. CONFORMIDADE COM O REPERTÓRIO CONCEITUAL DA TEORIA GERAL DO DIREITO E DA DOGMÁTICA JURÍDICA .....	392
5.2.2.2. RECONDUÇÃO A UMA MESMA NORMA SUPERIOR .....	393
5.2.2.3. CONFORMIDADE COM A REGRA QUE IMPÕE REQUISITOS PARA A CONGRUÊNCIA INTERNA DA DECISÃO .....	394
5.3. DEVER DE INTEGRIDADE .....	394

**Capítulo 18 ► Do genuíno precedente do stare decisis ao precedente brasileiro: os fatores histórico, hermenêutico e democrático que os diferenciam ..... 399**  
*Georges Abboud*

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA: NÃO SE TRATA DE MERA DISTINÇÃO CONCEITUAL. NÃO É APENAS UMA CRÍTICA AO NCPC. DIFERENCIAÇÃO QUE BUSCA MITIGAR DANOS DE EVENTUAL APLICAÇÃO INCONSTITUCIONAL E ANTI-HERMENÊUTICA DO ART. 927 DO NCPC. ....	399
---	-----

2. FATOR HISTÓRICO: OU AS RAZÕES PELAS QUAIS UM SISTEMA DE ‘STARE DECISIS’ NÃO SURGE DE UM DIA PRO OUTRO OU POR DETERMINAÇÃO LEGISLATIVA .....	400
3. FATOR HERMENÊUTICO: AS RAZÕES PELAS QUAIS NÃO HÁ NENHUM GANHO PARA A DEMOCRACIA EM SE SUPERAR O JUIZ-BOCA-DA-LEI PELO JUIZ-BOCA-DA-SÚMULA-OU-DE-QUALQUER-OUTRO-PROVIMENTO-VINCULANTE .....	402
4. FATOR DEMOCRÁTICO: AS RAZÕES PELAS QUAIS O GENUÍNO PRECEDENTE NÃO NASCE NUNCA COM ESSE <b>STATUS</b> . É A SUA ACEITAÇÃO E APLICAÇÃO PELAS INSTÂNCIAS INFERIORES DO JUDICIÁRIO QUE O TRANSFORMAM EM PRECEDENTE .....	403

## **Capítulo 19 ► Precedentes normativos formalmente vinculantes ..... 407**

*Hermes Zaneti Jr*

1. JURISPRUDÊNCIA NÃO É PRECEDENTE. A MUDANÇA PARADIGMÁTICA DO NOVO CPC. PRECEDENTES COMO FONTE PRIMÁRIA NORMATIVA E FORMALMENTE VINCULANTE .....	407
1.1. PADRONIZAÇÃO JUDICIAL E A FUNÇÃO DO JURISTA: COMUNIDADE DE TRABALHO .....	411
1.2. COMPREENSÃO DO CÓDIGO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO: PRECEDENTES COMO MODELO PENSADO A PARTIR DOS DEVERES CONSTITUCIONAIS DE COERÊNCIA E INTEGRIDADE .....	412
2. DIREITO JURISPRUDENCIAL OU PRECEDENTES? .....	413
2.1. DEVER DE COERÊNCIA/CONSISTÊNCIA, DEVER DE INTEGRIDADE/COERÊNCIA EM SENTIDO AMPLO E O ABANDONO DO “LIVRE” CONVENCIMENTO DO JUIZ (PALEOJUSNATURALISMO) .....	414
2.2. DEVER DE COERÊNCIA/CONSISTÊNCIA, DEVER DE INTEGRIDADE/COERÊNCIA EM SENTIDO AMPLO E O ABANDONO DA CENTRALIDADE EXCLUSIVA DA LEI COMO FONTE PRIMÁRIA E FORMAL DO DIREITO (PALEOJUSPOSITIVISMO) .....	417
3. A NORMATIVIDADE DOS PRECEDENTES NO ART. 927 DO CPC .....	418
3.1. JURISPRUDÊNCIA PERSUASIVA (VINCULAÇÃO DE FACTO OU AD EXEMPLUM - PRECEDENTES PERSUASIVOS) E PRECEDENTES NORMATIVOS FORMALMENTE VINCULANTES (VINCULAÇÃO JURÍDICA OBRIGATÓRIA) .....	420
3.2. OS PRECEDENTES NO ESTADO DEMOCRÁTICO CONSTITUCIONAL: DIVISÃO DE TRABALHO ENTRE JUÍZES E LEGISLADORES NA ATIVIDADE DE INTERPRETAÇÃO OPERATIVA .....	421
4. CONCLUSÃO .....	423

## **Capítulo 20 ► Os precedentes vinculantes e o Novo CPC: o futuro da liberdade interpretativa e do processo de criação do direito ..... 425**

*José Henrique Mouta Araújo*

1. INTRODUÇÃO .....	425
2. A CRISE DE TEMPESTIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL E O SISTEMA PROCESSUAL ATUAL: OS LITIGANTES HABITUAIS E O CONCEITO DE PRECEDENTE .....	427
3. ASPECTOS DO NOVO CPC E OS PROCESSOS REPETITIVOS: O PODER DE CRIAÇÃO DOS JUÍZES E A VINCULAÇÃO DOS PRECEDENTES COLEGIADOS .....	431
4. CONCLUSÕES .....	438



5. REFERÊNCIAS .....	440
----------------------	-----

## **Capítulo 21 ► O regime do precedente judicial no novo CPC..... 445**

*José Rogério Cruz e Tucci*

1. PREMISSAS .....	445
2. CF DE 1988 E A CRESCENTE RELEVÂNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES .....	445
3. RELEVÂNCIA, ESTABILIDADE E SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS .....	447
4. TÉCNICAS DE UNIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E DE OBSERVÂNCIA DO PRECEDENTE .....	449
5. O PROBLEMA DA EFICÁCIA RETROATIVA DO PRECEDENTE.....	452
6. O PRECEDENTE JUDICIAL NO NOVO CPC .....	453
7. À GUIA DE CONCLUSÃO: ESBOÇO DE UMA TEORIA GERAL DO PRECEDENTE JUDICIAL .....	455
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	457

## **Capítulo 22 ► A Disciplina dos Precedentes Judiciais no Direito Brasileiro: do Anteprojeto ao Código de Processo Civil..... 459**

*Lucas Buril de Macêdo*

1. INTRODUÇÃO .....	459
2. NOÇÕES BÁSICAS DE TEORIA DOS PRECEDENTES .....	461
3. ANÁLISE COMPARATIVA DA DISCIPLINA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NOS PROJETOS DE CPC E NO CPC/2015 .....	467
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	467
3.2. PRECEDENTES JUDICIAIS NO ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	468
3.3. PRECEDENTES JUDICIAIS NO PL 166/2010 (VERSÃO SENADO FEDERAL).....	469
3.4. PRECEDENTES JUDICIAIS NO PL 8.046/2010 (VERSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS) .....	470
3.5. PRECEDENTES JUDICIAIS NA LEI 13.105 DE 16 DE MARÇO DE 2015 .....	471
4. OS PRECEDENTES NO CPC/2015 .....	472
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES.....	489

## **Capítulo 23 ► Sistema de precedentes no novo Código de Processo Civil brasileiro: um passo para o enfraquecimento da jurisprudência lotérica dos tribunais ..... 491**

*Lúcio Grassi de Gouveia e Fábio Gabriel Breitenbach*

1. INTRODUÇÃO .....	491
2. A ATIVIDADE DE JULGAR É CRIATIVA MAS NÃO PODE BASEAR-SE EXCLUSIVAMENTE NA “CONSCIÊNCIA DO JULGADOR” .....	495
3. O PODER DO JUIZ DE FAZER ESCOLHAS NÃO PODE TORNAR O DIREITO IMPREVISÍVEL E INSEGURO.....	504
4. DO DECISIONISMO AO RIGOR NA FUNDAMENTAÇÃO E AO SISTEMA DE PRECEDENTES DO NOVO CPC....	508

5. CONCLUSÕES .....	515
6. REFERÊNCIAS .....	517

**Capítulo 24 ► A teoria dos precedentes judiciais no novo Código de Processo Civil.....521**  
*Marcelo Veiga Franco*

1. INTRODUÇÃO .....	521
2. A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE UMA TEORIA BRASILEIRA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	522
3. A DISCIPLINA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	529
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	534
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	534

**Capítulo 25 ► Aspectos materiais e processuais da superação de precedentes no direito brasileiro..... 537**  
*Ravi Peixoto*

1. INTRODUÇÃO .....	537
2. A SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES .....	541
2.1. SUPERAÇÃO EXPLÍCITA, IMPLÍCITA E A (IN)ADMISSIBILIDADE DA TRANSFORMAÇÃO DE PRECEDENTES. ....	541
2.2. SOBRE MUDANÇAS DE POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL SEM A APLICAÇÃO DAS CONDICIONANTES DA SUPERAÇÃO: UM DIÁLOGO COM HUMBERTO ÁVILA .....	542
3. ASPECTOS PROCESSUAIS.....	545
3.1. QUEM PODE EDITAR E SUPERAR PRECEDENTES? .....	545
3.2. AS DIFICULDADES EXISTENTES PARA A VERIFICAÇÃO DOS PRECEDENTES VINCULANTES NA MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL: UM DESAFIO PARA A ANÁLISE DA COMPETÊNCIA NA SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES.....	546
3.3. QUAL O PROCEDIMENTO DA SUPERAÇÃO? .....	554
3.4. O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E A SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES – O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO .....	555
4. ASPECTOS MATERIAIS – EM QUE CASOS DEVE SER OPERADA A SUPERAÇÃO .....	557
5. CONCLUSÃO.....	563

**PARTE III**

**OS INSTITUTOS LIGADOS AOS PRECEDENTES NO CPC NOVO**

**Capítulo 26 ► Precedente e IRDR: algumas considerações..... 567**  
*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Larissa Clare Pochmann da Silva*

1. INTRODUÇÃO .....	567
---------------------	-----

2. O PRECEDENTE JUDICIAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	568
3. O IRDR E A TESE JURÍDICA .....	574
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TESE JURÍDICA NO IRDR.....	580
4.1. A TESE JURÍDICA FIXADA E OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO .....	580
4.2. A MODIFICAÇÃO DA TESE JURÍDICA .....	581
4.3. A TESE JURÍDICA, OS JULGAMENTOS REPETITIVOS E A ISONOMIA.....	583
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	586
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	587

**Capítulo 27 ► O precedente judicial e sua alteração: segurança jurídica e adequação do direito ..... 591**  
*Ana Beatriz Rebello Presgrave*

1. INTRODUÇÃO .....	591
2. A MUDANÇA DO PRECEDENTE E O SEU ASPECTO TEMPORAL: PRESENTE, PASSADO E FUTURO .....	593
3. ASPECTO TEMPORAL DA SÚMULA VINCULANTE.....	595
4. A MUDANÇA DO PRECEDENTE E A MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS.....	599
5. CONCLUSÃO .....	604
6. BIBLIOGRAFIA.....	605

**Capítulo 28 ► Ação de reclamação como instrumento processual no controle da atuação judicante dos tribunais e seu lugar no Novo CPC..... 607**  
*Antônio Pereira Gaio Júnior*

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	607
2. ESTADO, ATIVIDADE JUDICANTE E A PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DOS JULGADOS .....	608
3. A RECLAMAÇÃO .....	611
3.1. NOÇÃO CONCEITUAL .....	611
3.2. BREVE HISTORICIDADE .....	612
3.3. NATUREZA JURÍDICA .....	613
3.4. LEGITIMIDADE .....	617
4. RECLAMAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - STF E STJ .....	618
5. RECLAMAÇÃO E A GARANTIA DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - STF E STJ .....	620
6. A RECLAMAÇÃO NO NCPC.....	626
7. O PROCEDIMENTO DA RECLAMAÇÃO NO NCPC .....	630
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	631

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	631
-------------------------------------	-----

## **Capítulo 29 ► Os precedentes e o dever de motivação no Novo Código de Processo Civil ..... 633**

*Eduardo Cambi e Renê Francisco Hellman*

1. INTRODUÇÃO .....	633
2. PLANO CONCEITUAL: COMPREENSÃO DOS INSTITUTOS.....	634
3. O REGRAMENTO DOS PRECEDENTES NO NCPC .....	637
4. O DEVER DE MOTIVAÇÃO NO NCPC.....	646
5. CONCLUSÃO .....	655
6. REFERÊNCIAS .....	656

## **Capítulo 30 ► O NCPC, o incidente de resolução de demandas repetitivas, os precedentes e os juizados especiais: esqueceram das turmas de uniformização? ..... 659**

*Frederico Augusto Leopoldino Koehler*

1. INTRODUÇÃO .....	659
2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS VINCULA OS JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS?.....	661
3. COMO FICOU O PAPEL DAS TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO COM A APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS? .....	662
4. CONCLUSÃO .....	668
5. REFERÊNCIAS .....	669

## **Capítulo 31 ► A fundamentação adequada diante do sistema de precedentes instituído pelo NCPC..... 671**

*Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	671
2. O CPC/2015 INSTITUIRÁ UM SISTEMA DE PRECEDENTES? .....	675
3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO.....	686
4. DA FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA INSTITUÍDA PELO NCPC.....	691
5. CONCLUSÕES .....	697

## **Capítulo 32 ► Algunas cuestiones acerca de la jurisprudencia uniforme y los amicus curiae..... 699**

*Leandro A. Ardoy e María Victoria Mosmann*

1. INTRODUCCIÓN .....	699
-----------------------	-----

2. EL PRECEDENTE EN ARGENTINA.....	701
3. CONSTITUCIONALIDAD DE LA UNIFORMIZACIÓN DE LA INTERPRETACIÓN JUDICIAL EN PARTICULAR DEL RECURSO DE INAPLICABILIDAD DE LA LEY.....	705
4. LA VIGENCIA DE LOS FALLOS PLENARIOS Y SU DESCALIFICACIÓN POR LA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN. ....	715
5. JURISPRUDENCIA UNIFORME .....	718
6. JURISPRUDENCIA UNIFORME Y AMICUS CURIAE.....	720
7. PUBLICIDAD DE LA JURISPRUDENCIA Y PUBLICIDAD DE LA JURISPRUDENCIA UNIFICADA.....	727

**Capítulo 33 ► Ressalva de entendimento  
e valorização da primeira instância no sistema de  
precedentes brasileiro ..... 729**  
*Mayara de Carvalho e Juliana Coelho Tavares da Silva*

1. INTRODUÇÃO .....	729
2. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS: A INFLUÊNCIA DO COMMON LAW NO BRASIL.....	731
2.1. O STARE DECISIS PARA OS COMMON LAWYERS: UMA PERSPECTIVA DA DINÂMICA DOS PRECEDENTES E SUA SUPERAÇÃO .....	731
2.2. COMMON LAW E O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	735
3. INFLUÊNCIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA NO SISTEMA DE PRECEDENTES BRASILEIRO: O PAPEL DA TÉCNICA DE RESSALVA DE ENTENDIMENTO.....	740
3.1. O ESVAZIAMENTO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO E OS JUÍZES DE NÚMEROS.....	740
3.2. NEITHER TOO MUCH, NEITHER TOO LITTLE: SOBRE A UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DE RESSALVA DE ENTENDIMENTO PELA PRIMEIRA INSTÂNCIA.....	743
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	748
5. REFERÊNCIAS.....	749

**Capítulo 34 ► Reclamação Constitucional ..... 753**  
*Rinaldo Mouzalas e João Otávio Terceiro Neto Bernardo de Albuquerque*

1. INTRODUÇÃO .....	753
2. FASES HISTÓRICAS DA RECLAMAÇÃO .....	754
3. NATUREZA JURÍDICA .....	758
4. HIPÓTESES CONSTITUCIONAIS DE CABIMENTO.....	763
5. ALTERAÇÕES NO REGIME JURÍDICO DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	765
6. CONCLUSÃO.....	769
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	770

**Apêndice ► Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas  
Civis (FPPC) sobre precedentes .....773**

ENUNCIADOS APROVADOS EM SALVADOR (8 A 9 DE NOVEMBRO DE 2013).....	773
ENUNCIADOS APROVADOS NO RIO DE JANEIRO (25 A 27 DE ABRIL DE 2014) .....	774
ENUNCIADOS APROVADOS EM BELO HORIZONTE (5 A 7 DE DEZEMBRO DE 2014) .....	776
ENUNCIADOS APROVADOS EM VITÓRIA (1 A 3 DE MAIO DE 2015) .....	778